

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

CELEBRADO ENTRE

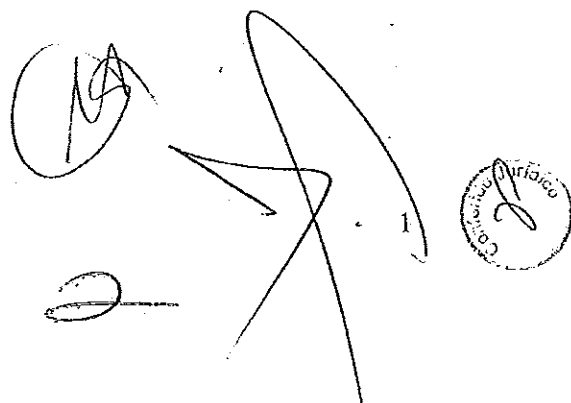
GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.
COMO EMISSORA

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS
E

GALVÃO ENGENHARIA S.A.
COMO GARANTIDORA

DATADO DE

30 DE SETEMBRO DE 2013

The bottom of the document features several handwritten signatures and stamps. On the left, there is a circular stamp with the number '1' inside. To its right, there is a large, stylized signature. Further right, there is another circular stamp with the number '1' inside. Below these, there is a horizontal line with the number '2' written below it.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento:

I. na qualidade de emissora:

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima sem registro de capital aberto junto à CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, conjunto 192, sala 23, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.284.210/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

II. na qualidade de agente fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

III. e, ainda, na qualidade de garantidora:

GALVÃO ENGENHARIA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 2º andar, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.340.937/0001-79 ("Garantidora") e, conjuntamente com a Emissora e o Agente Fiduciário, doravante denominados "Partes" e cada um, individualmente, denominado "Parte";

Vêm celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Galvão Participações S.A." ("Escritura" e "Emissão", respectivamente), mediante as seguintes cláusulas e condições:

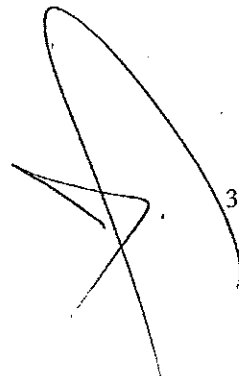
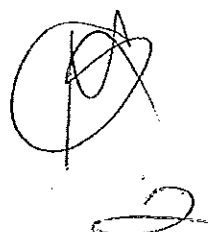

2



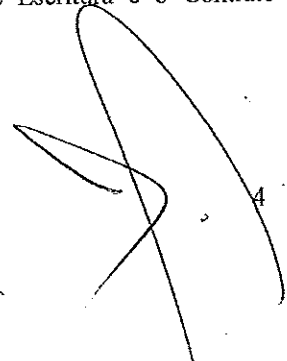
1. DEFINIÇÕES

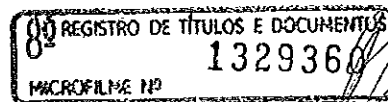
1.1. Termos iniciados em letras maiúsculas na presente Escritura terão o seguinte significado:

- 1) “AGE da Emissora” tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1.1 da presente Escritura;
- 2) “Afiladas” significa, em relação à determinada pessoa, seus controladores, controladas, direta ou indiretamente, e pessoas sob controle comum;
- 3) “Agente Fiduciário” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura;
- 4) “ANBIMA” significa a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
- 5) “Assembleia Geral de Debenturistas” tem o significado que lhe é atribuído no item 9.1 desta Escritura;
- 6) “BACEN” significa o Banco Central do Brasil;
- 7) “Banco Liquidante” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.1 desta Escritura;
- 8) “Cartórios de RTD” significa os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, domicílio da Emissora e da Garantidora, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, domicílio do Agente Fiduciário;
- 9) “Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios” tem o significado que lhe é atribuído no item 5.23.1 desta Escritura.
- 10) “CETIP” significa a CETIP S.A. – Mercados Organizados;
- 11) “CETIP 21” significa o Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários, plataforma de negociação das Debêntures no mercado secundário, administrado e operacionalizado pela CETIP;
- 12) “Código Civil Brasileiro” significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
- 13) “Código de Processo Civil” significa a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
- 14) “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios” ou “Contrato de Garantia” tem o significado que lhe é atribuído no item 5.23.1 desta Escritura;



- 15) "Contrato de Distribuição" significa o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da 3ª Emissão da Galvão Participações S.A.";
- 16) "Controladas" tem o significado que lhe é atribuído no inciso I do item 6.1 desta Escritura;
- 17) "Coordenador Líder" significa a Caixa Econômica Federal;
- 18) "Correios" significa a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- 19) "CVM" significa a Comissão de Valores Mobiliários;
- 20) "Data de Emissão" tem o significado que lhe é atribuído no item 5.1 desta Escritura;
- 21) "Data de Integralização" tem o significado que lhe é atribuído no item 5.2.2 desta Escritura;
- 22) "Data de Pagamento de Principal" tem o significado que lhe é atribuído no item 5.10.1 da presente Escritura;
- 23) "Data de Pagamento de Remuneração" tem o significado que lhe é atribuído no item 5.9.2.1 da presente Escritura;
- 24) "Data de Vencimento" tem o significado que lhe é atribuído no item 5.6 da presente Escritura;
- 25) "Debêntures" significa as debêntures emitidas pela presente Escritura;
- 26) "Debenturistas" significa os titulares das Debêntures;
- 27) "Demonstrações Financeiras Auditadas Consolidadas da Emissora" tem o significado que lhe é atribuído no item 7.1, inciso I(a) da presente Escritura;
- 28) "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia em que bancos estejam autorizados a abrir ou não estejam obrigados a fechar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos dos pagamentos que ocorram através da CETIP, hipótese na qual serão considerados Dia Útil os que não coincidirem com sábado, domingo ou feriados nacionais;
- 29) "Documentos da Operação" significa, conjuntamente, a presente Escritura e o Contrato de Garantia;





- 30) “Efeito Adverso Relevante” significa (i) qualquer efeito prejudicial e relevante aos negócios, à situação financeira e ao resultado da Emissora e/ou da Garantidora; e (ii) qualquer efeito prejudicial e relevante na capacidade da Emissora e/ou Garantidora em honrar tempestivamente as obrigações, pecuniárias ou não, relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou qualquer outra dívida que, se devida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures;
- 31) “Emissão” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura;
- 32) “Emissora” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura;
- 33) “Empresa de Auditoria” significa uma empresa devidamente registrada junto à CVM para a prestação de serviços de auditoria, a ser contratada pela Emissora para fins de auditoria completa de suas demonstrações financeiras nos termos descritos na presente Escritura;
- 34) “Encargos Moratórios” tem o significado que lhe é atribuído no item 5.13.1 desta Escritura;
- 35) “Escritura” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura;
- 36) “Escriturador Mandatário” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.2 desta Escritura;
- 37) “Eventos de Vencimento Antecipado” tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1 desta Escritura;
- 38) “Fiança” tem o significado que lhe é atribuído no item 5.22.1 desta Escritura;
- 39) “Garantia Real” significa a garantia real constituída pela Garantidora por meio do Contrato de Garantia, qual seja Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, conforme indicado no item 5.23.1 abaixo;
- 40) “Garantidora” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura;
- 41) “IGP-M” significa o Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
- 42) “Índice Financeiro” tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1, inciso XXIII, desta Escritura;
- 43) “Instrução CVM 28” significa a Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, conforme alterada;



- 44) "Instrução CVM 358" significa a Instrução nº 358, de 3 de janeiro de 2002, da CVM, conforme alterada;
- 45) "Instrução CVM 409" significa a Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, conforme alterada;
- 46) "Instrução CVM 476" significa a Instrução nº 476, de 16 de janeiro de 2009, da CVM, conforme alterada;
- 47) "Investidores Qualificados" tem o significado que lhe é atribuído no artigo 4º da Instrução CVM 476;
- 48) "JUCESP" significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo;
- 49) "Lei das Sociedades por Ações" significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
- 50) "Local de Pagamento" tem o significado que lhe é atribuído no item 5.11.1 desta Escritura;
- 51) "MDA" significa o Módulo de Distribuição de Ativos, plataforma de distribuição das Debêntures no mercado primário, administrado e operacionalizado pela CETIP;
- 52) "Oferta Restrita" tem o significado que lhe é atribuído no item 0 desta Escritura;
- 53) "Parte" e "Partes" têm o significado que lhes é atribuído no Preâmbulo desta Escritura;
- 54) "Período de Capitalização" tem o significado que lhe é atribuído no item 5.9.2.2 desta Escritura;
- 55) "Prazo de Colocação" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.7.1 desta Escritura;
- 56) "RCA da Garantidora" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.2 desta Escritura;
- 57) "Remuneração" tem o significado que lhe é atribuído no item 5.9.2 desta Escritura;
- 58) "Resgate Antecipado Facultativo" significa o resgate antecipado de Debêntures nos termos definidos no item 5.24.1 desta Escritura;
- 59) "Taxa DI" significa a variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br); e

2

6

5

60) “Valor Nominal” tem o significado que lhe é atribuído no item 5.7 desta Escritura.

1.2. Termos definidos na forma singular terão o mesmo significado quando utilizados no plural, e vice-versa.

2. AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

2.1. Autorizações da Emissora

2.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 30 de setembro de 2013 (“AGE da Emissora”), por meio da qual foram aprovadas a (i) realização da Emissão e da Oferta Restrita; e (ii) autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e a realização da Oferta Restrita, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Autorizações da Garantidora

2.2.1. A constituição da Garantia Real e a prestação da Fiança foram autorizadas pela Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, realizada em 30 de setembro de 2013 (“RCA da Garantidora”).

3. REQUISITOS

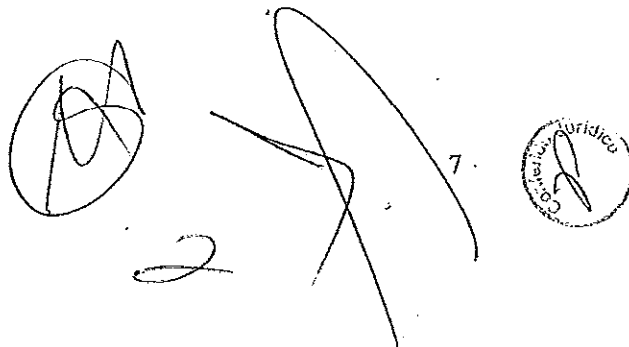
As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com intermediação do Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), será realizada com observância dos requisitos abaixo:

3.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA

3.1.1. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

3.1.2. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2 7

A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Diretoria Jurídica" and the number "5". To the left of the signature is the number "2" and to the right is the number "7".

3.2. Arquivamento na JUCESP e Publicações

3.2.1. A ata da AGE da Emissora será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

3.2.2. A ata da RCA da Garantidora será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia", nos termos do artigo 142, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

3.3. Inscrição desta Escritura na JUCESP

3.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

3.3.2. Em virtude da Fiança prestada pela Garantidora nos termos do item 5.22 abaixo, em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos, em atendimento ao disposto no artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, serão registrados, pela Emissora, às suas expensas, nos Cartórios de RTD, e um comprovante de tais registros, bem como 1 (uma) via original da presente Escritura e seus eventuais aditamentos devidamente registrados, deverão ser entregues ao Agente Fiduciário no prazo de até 20 (vinte) dias contados da respectiva data de celebração.


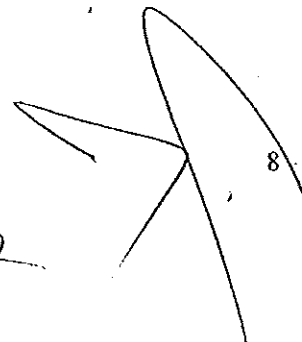

3.4. Constituição da Garantia Real

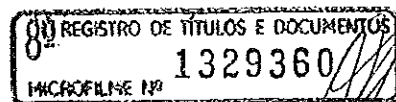
3.4.1. Em virtude da Garantia Real a que se refere o item 5.23 abaixo, o Contrato de Garantia e seus aditamentos deverão ser registrados pela Emissora nos Cartórios de RTD, em atendimento ao disposto no artigo 1.361, parágrafo 1º, do Código Civil Brasileiro.

3.5. Registro para Distribuição Primária e Negociação Secundária

3.5.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21; sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da referida Instrução.



4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Objeto Social da Emissora

4.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social é a participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou quotista, bem como a prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial, administrativa e/ou financeira.

4.2. Número da Emissão

4.2.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora.

4.3. Valor Total da Emissão

4.3.1. O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão.

4.4. Número de Séries

4.4.1. A Emissão será realizada em série única.

4.5. Destinação dos Recursos

4.5.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados (i) ao resgate antecipado da totalidade das debêntures da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Emissora; e (ii) a investimentos nas sociedades controladas pela Emissora, conforme necessário.

4.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição.

4.6.2. O Coordenador Líder organizará a colocação, com esforços restritos, das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476, o qual será fixado mediante atendimento dos seguintes termos:

2

9

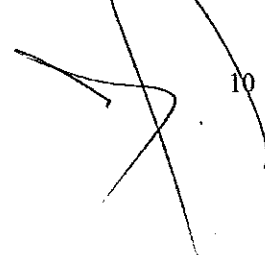
- I. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
- II. o público alvo da Oferta Restrita será composto por Investidores Qualificados;
- III. nos termos da Instrução CVM 476, todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados;
- IV. somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
- V. as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
- VI. as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures que representem um valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- VII. serão levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder, assim como as determinações da Emissora, sendo que o Coordenador Líder (i) compromete-se a direcionar a Oferta Restrita para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observará os limites descritos nos incisos IV e V acima; e
- VIII. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

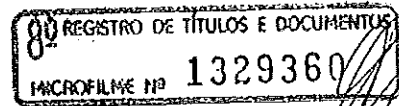
4.7. Prazo de Colocação

4.7.1. O Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Debêntures no prazo determinado no Contrato de Distribuição ("Prazo de Colocação"), respeitado ainda o prazo e o procedimento definidos no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.8. Subscrição

4.8.1. No ato da subscrição das Debêntures, cada Investidor Qualificado deverá entregar ao Coordenador Líder declaração devidamente assinada, em termos e condições aceitáveis ao Coordenador Líder, afirmando estar ciente e concordar, especialmente, mas não limitadamente, que: (i) as informações





recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (iii) as Debêntures estão sujeitas as restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

4.9. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

4.9.1. O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04. ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante de Emissão na prestação dos serviços de banco liquidante de emissão previsto nesta Escritura).

4.9.2. O escriturador mandatário da Emissão será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços de escriturador mandatário previsto nesta Escritura e no Manual de Normas da CETIP).

5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Data de Emissão

5.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 9 de outubro de 2013 ("Data de Emissão").

5.2. Subscrição e Integralização

5.2.1. As Debêntures serão subscritas por seu Valor Nominal, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

5.2.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, na mesma data ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, por meio do MDA, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

5.3. Conversibilidade

5.3.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.



5.4. Espécie

5.4.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, e contarão, ainda, com a Fiança, nos termos do item 5.22 abaixo.

5.5. Forma e Comprovação de Titularidade

5.5.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP 21, será expedido extrato pela CETIP em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

5.6. Prazo e Data de Vencimento

5.6.1. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, as Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 9 de outubro de 2020 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao resgate das Debêntures em circulação com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a Data de Vencimento, e eventuais encargos devidos nos termos desta Escritura.

5.7. Valor Nominal

5.7.1. O valor nominal de cada uma das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").

5.8. Quantidade de Debêntures Emitidas

5.8.1. Serão emitidas 300 (trezentas) Debêntures.

5.9. Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures

5.9.1. O Valor Nominal das Debêntures não será atualizado monetariamente.

5.9.2. Sobre o Valor Nominal de cada uma das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, conforme aplicável), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A

2

Comissão de Valores Mobiliários

Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1);$$

Onde,

J valor unitário da Remuneração devida em cada Data de Pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período Capitalização;

VNe Valor Nominal (ou o saldo do Valor Nominal) no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread};$$

Onde,

FatorDI produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a Data de Pagamento de Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k);$$

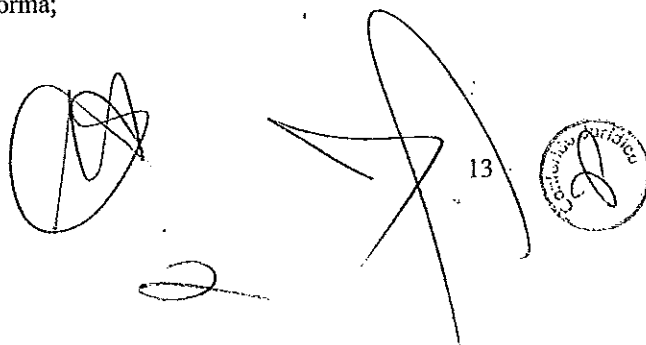
Onde,

"n" número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do "Fator DI", sendo "n" um número inteiro;

"k" número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

TDI_k Taxa DI de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

13



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde,

"k" 1, 2, ... n;

DI_k Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DUP}{252}} \right] \right\};$$

Onde,

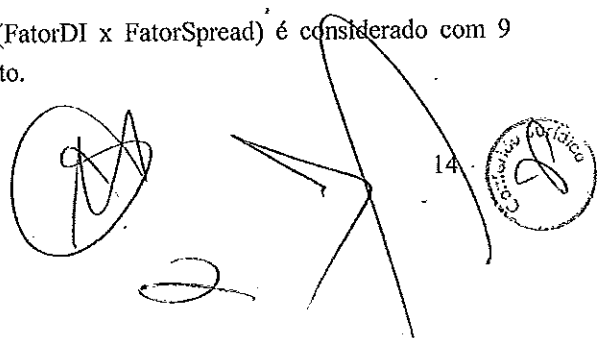
spread 2,0 (dois inteiros);

DUP número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e a data de cálculo em questão (exclusive), sendo "DUP" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

14



5.9.2.1. Sem prejuízo dos pagamentos devidos em decorrência do vencimento antecipado ou do resgate antecipado das Debêntures (conforme o caso), a Remuneração será devida semestralmente, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, no dia 9 (nove) dos meses de outubro e abril de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 9 de outubro de 2016 e o último na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento de Remuneração").

5.9.2.2. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia (i) na Data de Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (ii) na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração do respectivo período (exclusive) ("Período de Capitalização").

5.9.2.3. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade, até a liquidação integral das Debêntures.

5.9.2.4. Se não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP até cada uma das Datas do Pagamento da Remuneração, será aplicada na apuração de Taxa DI a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

5.9.2.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI passe a não ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura) para deliberar, observado o quórum de aprovação previsto no item 5.9.2.7 abaixo, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI para o cálculo das obrigações relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

2

15



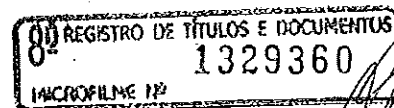
5.9.2.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e a Taxa DI divulgada voltará a ser utilizada para o cálculo da atualização das Debêntures.

5.9.2.7. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, nos termos do item 5.9.2.5 acima, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI_x no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures, com seu consequente resgate, em cronograma de amortização, o qual não excederá a Data de Vencimento, a ser estipulado pela Emissora e aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para tal finalidade. Nesta alternativa, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os Debenturistas. Durante o cronograma estipulado pela Emissora e aprovado pelos Debenturistas para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures, as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser acordada entre a Emissora e os Debenturistas. Caso não ocorra a aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, do cronograma proposto pela Emissora e da nova remuneração aplicável às Debêntures, deverá ser obrigatoriamente observado pela Emissora o quanto disposto no item 5.9.2.7, inciso I, acima.

5.9.2.8. A Garantidora, desde já, concorda com o disposto nos itens 5.9.2.4 a 5.9.2.7 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil Brasileiro, mantendo-se a Fiança e a Garantia Real válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. A Garantidora, desde já, concorda e se obriga a





firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nos itens 5.9.2.4 a 5.9.2.7 acima.

5.10. Amortização do Valor Nominal

5.10.1. Sem prejuízo do pagamento em decorrência de resgate antecipado ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e sucessivas, cada uma no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devidas em 9 de outubro de 2016, em 9 de outubro de 2017, em 9 de outubro de 2018, em 9 de outubro de 2019 e na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento de Principal").

5.11. Local de Pagamento

5.11.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP 21; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento").

5.12. Prorrogação dos Prazos

5.12.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

5.13. Encargos Moratórios

5.13.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, e juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas razoavelmente incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").



5.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.14.1. Sem prejuízo do disposto no item 5.13.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.15. Repactuação Programada

5.15.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.16. Amortização Parcial Antecipada Facultativa

5.16.1. A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar a amortização parcial antecipada facultativa de quaisquer das Debêntures, ressalvada a possibilidade de Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures, nos termos do item 5.24 abaixo.

5.17. Aquisição Facultativa

5.17.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

5.18. Publicidade

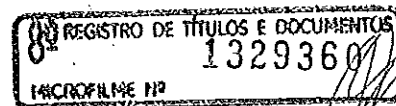
5.18.1. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

5.19. Imunidade Tributária

5.19.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência

18





em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.20. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

5.20.1. Farão jus à Remuneração e ao recebimento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas nos termos desta Escritura os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

5.21. Classificação de Risco

5.21.1. As Debêntures serão avaliadas, até a Data de Integralização, por uma das seguintes agências internacionais de classificação de risco: *Standard and Poor's*, *Fitch Ratings* ou *Moody's Investors Service*, contratada pela Emissora para ser responsável pela avaliação e monitoramento de risco das Debêntures.

5.22. Garantia Fidejussória

5.22.1. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, a Garantidora presta garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela Emissora nos termos das Debêntures, desta Escritura e do Contrato de Garantia, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos a seguir, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita ("Fiança").

5.22.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora de todos e quaisquer valores, principais e acessórios, incluindo Encargos Moratórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura e do Contrato de Garantia, inclusive, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura e/ou do Contrato de Garantia.

5.22.3. Os valores devidos pela Garantidora nos termos da Fiança objeto deste item 5.22 serão pagos pela Garantidora no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando o inadimplemento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de Valor Nominal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.



5.22.3.1. O pagamento citado no item 5.22.3 acima deverá ser realizado pela Garantidora fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

5.22.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil Brasileiro, e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.

5.22.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os titulares das Debêntures.

5.22.6. A Garantidora subrogar-se-á nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, observado o quanto disposto no item 5.22.10 abaixo.

5.22.7. A presente Fiança é prestada pela Garantidora em caráter irrevogável e irretratável e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures, desta Escritura e do Contrato de Garantia, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil Brasileiro.

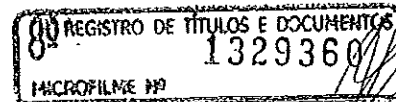
5.22.8. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos das Debêntures, desta Escritura e do Contrato de Garantia.

5.22.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

5.22.10. Até a liquidação integral das Debêntures, a Garantidora se compromete a não cobrar, receber ou de qualquer outra forma demandar da Emissora o pagamento de qualquer valor pago pela Garantidora em decorrência da Fiança aqui prestada, seja por sub-rogação ou a qualquer outro título. Caso a Garantidora receba qualquer pagamento da Emissora antes da liquidação integral dos valores devidos aos Debenturistas, em decorrência da obrigação solidária prestada nesta Escritura, a Garantidora receberá tais valores em caráter fiduciário e se compromete a, independentemente de comunicação, notificação ou outra formalidade, utilizar imediatamente os referidos valores para realizar os pagamentos devidos em decorrência da presente Escritura, de acordo com os procedimentos aqui previstos para pagamento fora do âmbito da CETIP, de acordo com instruções recebidas pelo Agente Fiduciário.

5.22.11. A Fiança prestada nos termos deste item 5.22 vincula a Garantidora, bem como seus sucessores a qualquer título, devendo seus sucessores, a qualquer título, assumirem prontamente a Fiança prestada nos

2



termos desta Escritura. Nesta hipótese, a presente Escritura deverá ser aditada para que constem os dados do(s) sucessor(es) da Garantidora.

5.22.12.A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das obrigações garantidas.

5.23. Garantia Real

5.23.1. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures, desta Escritura e do Contrato de Garantia, deverá ser constituída, até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Integralização, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária de direitos creditórios de propriedade da Garantidora ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), conforme previsto no "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças" celebrado ou a ser celebrado entre a Garantidora, o Agente Fiduciário, a Emissora e demais partes ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" ou "Contrato de Garantia").

5.23.2. A Garantidora se obriga, até o integral pagamento das suas obrigações decorrentes dos Documentos da Operação, a manter, na Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, direitos creditórios cujo valor, calculado nos termos do Contrato de Garantia, corresponda a, no mínimo, 120% (cento e vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures.

5.24. Resgate Antecipado Facultativo Total

5.24.1. A partir do 25º mês contado da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente de forma facultativa e integral as Debêntures em circulação mediante comunicação escrita prévia de 10 (dez) Dias Úteis ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas ("Resgate Antecipado Facultativo"), sendo que tal comunicação deverá informar a data, o local da realização, o procedimento de resgate e o valor a ser resgatado.

5.24.2. O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido de um prêmio de (i) 0,60% (sessenta centésimos por cento) a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, contados da Data de Emissão; (ii) 0,40% (quarenta centésimos por cento) a partir do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, contados da Data de Emissão; e (iii) 0,20% (vinte centésimos por cento) a partir do 48º (quadragesimo oitavo) mês, inclusive, contados da Data de Emissão.

2

21

5.24.3. O Resgate Antecipado Facultativo de todas as Debêntures deverá ocorrer em uma única data, a qual deverá ser Dia Útil.

5.24.4. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo será realizada junto ao Banco Liquidante, fora do ambiente da CETIP. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente junto à CETIP, o procedimento de Resgate Antecipado Facultativo deverá seguir os procedimentos definidos pela CETIP. Para tal, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão comunicar a CETIP com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da realização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.24.5. Não será admitido o Resgate Antecipado Facultativo de parte apenas das Debêntures em circulação.

6. VENCIMENTO ANTECIPADO


6.1. Observado o disposto nos itens 6.2 a 6.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir de imediato o pagamento da totalidade do saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, se aplicável, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

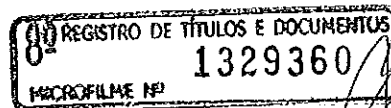
- I. pedido de autofalência, falência não elidida no prazo legal ou decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer das sociedades controladas, direta e indiretamente, pela Emissora que tenham faturamento bruto superior a 3% (três por cento) do faturamento bruto consolidado da Emissora, conforme as últimas demonstrações contábeis anuais disponíveis ("Controladas"), ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- II. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora e/ou por quaisquer Controladas, independente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo Juízo competente, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- III. aprovação da liquidação ou dissolução da Emissora e/ou da Garantidora ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- IV. cancelamento, revogação, ou rescisão de quaisquer dos Documentos da Operação, sem a observância de seus termos;
- V. trânsito em julgado de sentença prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexistência de qualquer dos Documentos da Operação;

AA

2

- VI. não pagamento pela Emissora de qual(is)quer valor(es) devido(s) aos Debenturistas ou obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, relacionados à Oferta Restrita, nas datas previstas nesta Escritura, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo vencimento;
- VII. vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações decorrentes de contratos financeiros celebrados pela Emissora e/ou por quaisquer Controladas, no mercado nacional e internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se cancelado ou sanado no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de vencimento da respectiva obrigação;
- VIII. protesto de títulos contra a Emissora, e/ou quaisquer Controladas, cujos valores individuais sejam superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou, no agregado, excedam a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em que a devida e tempestiva comprovação de sustação, cancelamento, suspensão dos efeitos ou pagamento não for apresentado ao Agente Fiduciário no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;
- IX. transformação da forma societária da Emissora ou da Garantidora em sociedade limitada ou qualquer outro tipo societário que não permita a emissão de debêntures, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- X. caso as declarações realizadas pela Emissora e/ou pela Garantidora em quaisquer dos Documentos da Operação sejam falsas, enganosas, incorretas, incompletas ou insuficientes;
- XI. falta de cumprimento por parte da Emissora e/ou por quaisquer das Controladas, durante a vigência das Debêntures, de leis, normas e/ou regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar de forma material a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- XII. caso a Emissora aplique irregularmente os recursos oriundos da Emissão ou dê a tais recursos destinação diversa daquela prevista no item 4.5.1 desta Escritura;
- XIII. redução do capital social da Emissora em montante superior a 10% (dez por cento), exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para tal finalidade;
- XIV. descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura ou no Contrato de Garantia, que (i) não seja devidamente sanada no prazo de cura específico; ou (ii)





em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data do descumprimento;

- XV. não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado, arbitral ou administrativa contra a Emissora e/ou quaisquer Controladas, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- XVI. arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos da Emissora e/ou de quaisquer Controladas, cujo valor, individual seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou cujos valores no agregado excedam R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da respectiva constrição, tiver sido comprovado, pela Emissora, que a restrição foi contestada tempestivamente ou substituída por outra garantia que seja aceitável a exclusivo critério de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal finalidade;
- XVII. alteração ou modificação do objeto social da Emissora para alterar ou excluir as atividades atualmente desenvolvidas sem a prévia anuência, por escrito, dos Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares de Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal finalidade;
- XVIII. mudança ou transferência, sem a prévia anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal finalidade, do controle acionário da Emissora ou de quaisquer das Controladas, exceto (i) no caso de transferência do controle das Controladas, se o controle for transferido para qualquer sociedade do Grupo Galvão; ou (ii) no caso de transferência de ativos de energia detidos pela Galvão Energia e Participações S.A. ou pela Emissora ou no caso de transferência de controle da Galvão Energia e Participações S.A. ou de qualquer sociedade controlada ou coligada da Galvão Energia e Participações S.A.;
- XIX. pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- XX. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pela Garantidora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem prévia anuência de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal finalidade;



- XXI. se, por qualquer motivo, a classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída à Emissora for rebaixada em 2 (dois) níveis (*knots*) abaixo do equivalente à classificação "BBB" pela *Standard & Poor's* ou pela *Fitch Ratings*, ou ainda seu equivalente pela *Moody's*;
- XXII. fusão, cisão, incorporação (inclusive por incorporação de ações), venda ou qualquer processo de reestruturação societária da Emissora que resulte (i) no rebaixamento do *rating* corporativo da Emissora para um nível abaixo do equivalente à classificação "BBB" pela *Standard & Poor's* ou pela *Fitch Ratings*, ou ainda seu equivalente pela *Moody's*; (ii) na mudança da Emissora de grupo econômico; ou (iii) alteração do grupo de controle da Emissora;
- XXIII. não manutenção, pela Emissora, do índice financeiro abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Emissora anualmente, nos termos do item 7.1, inciso I(a), abaixo, e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere o item 7.1, inciso I(a), abaixo, tendo por base as Demonstrações Financeiras Auditadas Consolidadas da Emissora, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Auditadas Consolidadas da Emissora relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013: índice financeiro decorrente do quociente da divisão da EBITDA (conforme definido abaixo) pelo Resultado Financeiro (conforme definido abaixo), que deverá ser superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), até o integral pagamento, pela Emissora, das obrigações decorrentes das Debêntures, desta Escritura e do Contrato de Garantia;

Para esses fins, considera-se:

"Resultado Financeiro" para cada exercício social, (i) o somatório das despesas de juros, dividendos preferenciais, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, variação cambial oriunda da contratação de empréstimos e da venda de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando, a Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, descontado de (ii) o somatório de receitas de aplicações financeiras, descontos obtidos, variação cambial oriunda de empréstimos concedidos e de títulos e valores mobiliários adquiridos, verificados no mesmo período. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será igual a 1; e

"EBITDA" para cada exercício social, o somatório do lucro/prejuízo antes de deduzidos (i) os tributos e contribuições, (ii) as despesas de depreciação e amortização, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) as despesas operacionais não recorrentes deduzidas das receitas operacionais não recorrentes, (iv) a equivalência patrimonial e (v) a participação de acionistas minoritários, ocorridos no mesmo período;

- XXIV. inadimplemento ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida líquida, certa e exigível ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual a Emissora e/ou quaisquer Controladas seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, observando os prazos de cura previstos nos respectivos acordos (conforme aplicável);
- XXV. desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte (i) na perda pela Emissora e/ou por quaisquer Controladas da propriedade ou posse direta de ativos cujo valor supere em 10% (dez por cento) o valor consolidado dos ativos da Emissora, apurado com base nas últimas Demonstrações Financeiras Auditadas Consolidadas da Emissora disponíveis, ou (ii) na incapacidade de gestão dos negócios;
- XXVI. se as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora na presente Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, *pari passu* com as demais dívidas garantidas da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- XXVII. não manutenção, pela Garantidora, da obrigação de manter, na Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, direitos creditórios cujo valor, calculado nos termos do Contrato de Garantia, corresponda a, no mínimo, 120% (cento e vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures em circulação, na respectiva data de apuração pelo Agente Fiduciário, desde que a Garantidora não tenha reforçado a garantia representada pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos termos do Contrato de Garantia;
- XXVIII. não manutenção, por qualquer motivo, da Fiança prestada na forma desta Escritura, pela Garantidora; e
- XXIX. caso, enquanto o Coordenador Líder for Debenturista, deixe de vigorar, em decorrência de rescisão, resilição, não prorrogação do prazo ordinário de vigência ou qualquer outro motivo, o "Contrato de Prestação de Serviços e Outras Avenças", mediante o qual a folha de pagamento de todos os funcionários do grupo Galvão será transferida para o Coordenador Líder, a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora.
- 6.1.1. O Índice Financeiro e respectivos valores mencionados no item 6.1, inciso XXIII acima foram estabelecidos com base no método contábil *Percentage of Completion – POC*, sendo aplicáveis apenas às premissas e critérios neles estabelecidos. Em caso de alteração nas práticas contábeis que altere a forma de cálculo do Índice Financeiro ou, ainda, a forma de utilização ou métodos e critérios aplicáveis ao método contábil *Percentage of Completion – POC*, a Emissora e o Agente Fiduciário, mediante autorização dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especialmente para tal finalidade, deverão discutir



novos índices e/ou valores em substituição àqueles previstos no item 6.1, inciso XXIII acima, desde que mantidos, sempre que possível, premissas e critérios semelhantes àqueles estabelecidos pelo método contábil *Percentage of Completion – POC*.

6.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos I, II, III, VI, IX, XV, XVI, XVIII, XXVII ou XXVIII do item 6.1 acima não sanado nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que o Agente Fiduciário, tão logo ciente, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.3. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos demais incisos do item 6.1 que não aqueles listados no item 6.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.


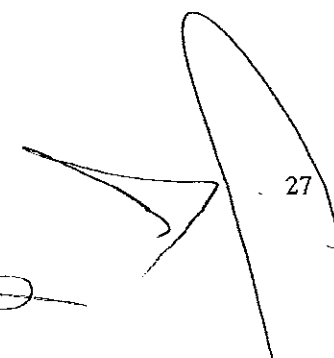

6.4. Na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 6.3 acima, os Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, poderão deliberar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.5. Na hipótese: (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.3 acima por falta de quórum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 6.4 acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.6. Observado o aqui disposto, em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos nesta Escritura.

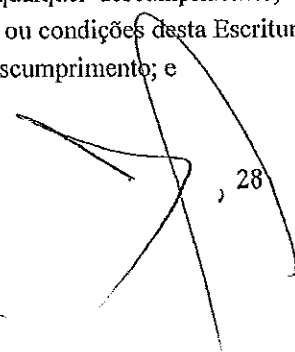
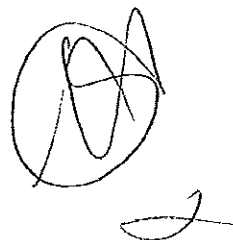
7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

7.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

  27 

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo previsto pela legislação e regulamentação aplicáveis ou em até 5 (cinco) dias corridos da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, auditada pela Empresa de Auditoria, relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e as regras emitidas pela CVM, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da Empresa de Auditoria ("Demonstrações Financeiras Auditadas Consolidadas da Emissora");
- (b) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso I(a) acima, (i) as rubricas necessárias à verificação do Índice Financeiro; (ii) o relatório consolidado da memória do cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do Índice Financeiro, o qual deverá ser calculado pela Emissora; e (iii) declaração firmada por representantes legais da Emissora acerca da veracidade e ausência de vícios do Índice Financeiro e da inexistência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (c) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, atas de assembleias gerais de acionistas e reuniões do conselho de administração da Emissora que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 10 (dez) dias corridos após as respectivas publicações ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (d) em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM 28;
- (e) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora e/ou pela Garantidora que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante, em até 10 (dez) dias corridos após o seu recebimento;
- (f) informações sobre qualquer Efeito Adverso Relevante, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tiver conhecimento;
- (g) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do descumprimento; e



- (h) todos os demais documentos e informações que a Emissora e/ou a Garantidora, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais Documentos da Operação, se comprometeram a enviar ao Agente Fiduciário ou que venham a ser por este solicitados para cumprir determinação estabelecida em regulamentação ou lei aplicável, ou decorrente de decisão judicial;
- II. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário, respeitado o disposto na regulamentação aplicável, inclusive no inciso XIII do artigo 12 da Instrução CVM 28, tenham acesso, em base razoável, a todo e qualquer relatório da Empresa de Auditoria entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras, aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora e da Garantidora;
- III. convocar, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazê-lo, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- IV. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM;
- V. manter pessoal qualificado para atender de forma eficiente aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas (se houver), ou contratar, às suas expensas, instituições autorizadas para a prestação desse serviço;
- VI. não alterar seus principais ramos de negócio conforme previsto no Estatuto Social da Emissora e da Garantidora, não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- VII. obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, concessões, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e pela Garantidora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora e pela Garantidora, das obrigações previstas nesta Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- VIII. cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da Emissão nos termos do item 4.5.1 acima;



2

29



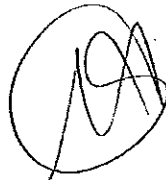
- IX. salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora e/ou a Garantidora estejam discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- X. exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou venham a ser questionados pela Emissora ou pela Garantidora na esfera judicial ou administrativa ou cujo descumprimento não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- XI. adotar todas as medidas necessárias para:
- (a) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais, exceto aqueles cuja perda possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
 - (b) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal, exceto os casos em cujo que o descumprimento deste item não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante; e
 - (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial, exceto as obrigações cujo descumprimento não possam resultar em um Efeito Adverso Relevante.
- XII. contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços da Emissão, incluindo: o Banco Liquidante; o Escriturador Mandatário; o Agente Fiduciário; a agência de classificação risco; a Empresa de Auditoria; e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário por meio do CETIP 21;
- XIII. efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom

10



senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;

- XIV. não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures ou decorrentes dos Documentos da Operação sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especialmente para tal finalidade;
- XV. apresentar aos potenciais investidores da Oferta Restrita declarações e informações verdadeiras, completas e corretas;
- XVI. promover o registro desta Escritura na JUCESP e nos Cartórios de RTD e o registro do Contrato de Garantia nos Cartórios de RTD, conforme aplicável, no prazo e forma previstos nesta Escritura e no Contrato de Garantia (conforme aplicável);
- XVII. cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, exceto se o descumprimento não resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- XVIII. enquanto as Debêntures estiverem em circulação, cumprir as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
- (a) preparar as suas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter as suas demonstrações financeiras consolidadas a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar as suas demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, nos termos da alínea (i) acima;
 - (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;



- (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358 e comunicar sua ocorrência imediatamente ao Coordenador Líder, ao Agente Fiduciário e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

7.2. As obrigações previstas nas alíneas (d), (e), (f), (g) e (h) do inciso I do item 7.1 acima, bem como aquelas previstas nos incisos VI, VII, IX, X, XI, XIV e XVII do item 7.1 acima, serão aplicáveis e deverão ser cumpridas também pela Garantidora.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.1.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das obrigações previstas na presente Escritura ou até sua efetiva substituição.

8.2. Declarações

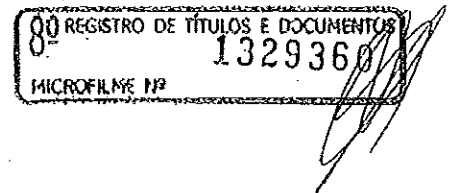
8.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da lei, que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



2





- IV. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM 28, ou demais normas aplicáveis, para exercer a função de agente fiduciário da Emissão;
- VI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- VII. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- VIII. está ciente das disposições da Circular BACEN nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, e das demais disposições emanadas do Banco Central do Brasil;
- IX. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- X. é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- XI. esta Escritura constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos; e
- XII. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com garantias adicionais fidejussória e real, para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora ("1ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 25 de maio de 2016, em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da Garantidora, bem como por cessão fiduciária dos direitos creditórios em decorrência dos Contratos de nº 0800.0060661.10.2, 0800.0062504.10.2 conforme previsto na escritura de emissão; (ii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com garantias adicionais fidejussória e real, para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora ("2ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 22 de junho de 2018, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foram verificados eventos de amortização, resgate, conversão, repactuação e inadimplemento, conforme previsto na escritura de emissão. Na

data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da Garantidora, bem como por cessão fiduciária dos direitos creditórios em decorrência dos Contratos de nº 0800.0060661.10.2, 0800.0062504.10.2 conforme previsto na escritura de emissão; (iii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Garantidora ("1ª Emissão da Garantidora"), com vencimento em 24 de maio de 2018, em que foram emitidas 1.000 (mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Garantidora são garantidas por garantia fidejussória da Emissora, conforme previsto na escritura de emissão; e (iv) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Companhia de Águas do Brasil – CAB AMBIENTAL ("1ª Emissão da CAB AMBIENTAL"), com vencimento em 28 de junho de 2020, em que foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, na data de emissão no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da CAB AMBIENTAL são garantidas por garantia fidejussória da Emissora, conforme previsto na escritura de emissão.

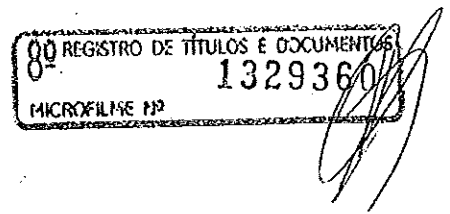
8.3. Remuneração do Agente Fiduciário

8.3.1. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura, o Agente Fiduciário receberá a seguinte remuneração:

- I. parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura da presente Escritura, e as demais na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures;
- II. as parcelas citadas no inciso I supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento de remuneração, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.
- III. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário nos termos deste item 8.3.1, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

2





8.3.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação.

8.3.3. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.3.4. A remuneração não inclui despesas consideradas incorridas pelo Agente Fiduciário no desempenho de suas funções, que deverão ser pagas e/ou reembolsadas conforme item 8.4 da presente Escritura.

8.3.5. A remuneração prevista neste item 8.3 será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na qualidade de agente fiduciário dos Debenturistas em função de inadimplemento da Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

8.4. Despesas

8.4.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.4.2. O ressarcimento a que se refere o item 8.4.1 acima será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

8.4.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, mediante comprovação do seu pagamento. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.



8.4.4. As despesas a que se refere este item 8.4 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. locomoções entre estados da República Federativa do Brasil, alimentação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.5. Deveres

8.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- V. promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos na JUCESP e nos Cartórios de RTD, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de omissões ou inverdades constantes de tais informações;

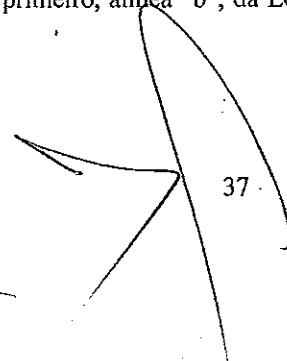
NA

2

36

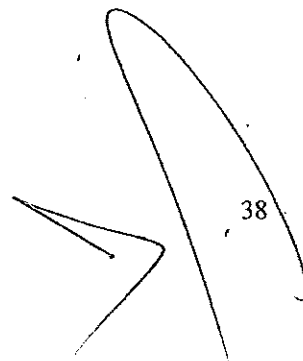

Cartório de Registro de Títulos e Documentos

- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. verificar a regularidade da constituição da Garantia Real e da Fiança, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- IX. examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- X. intimar a Emissora e/ou Garantidora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- XI. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e da Garantidora e, também, da localidade onde se situe os bens dados em garantia;
- XII. solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária da Emissora e/ou da Garantidora;
- XIII. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 5.18.1 acima;
- XIV. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo primeiro do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, incluindo o organograma do grupo societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e sociedades integrantes do bloco de controle, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização aos Debenturistas do relatório anual, conforme disposto no inciso XVIII, do artigo 12, da Instrução CVM 28 e no artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações:



- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia emissora; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível na sede da Emissora, na CVM, na CETIP, na sede do Agente Fiduciário e do Coordenador Líder;

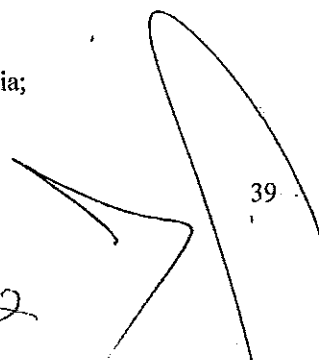
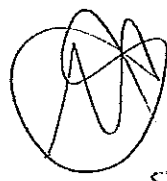


- XVII. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, e à disposição da Emissora, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos titulares;
- XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- XX. notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- XXI. divulgar as informações referidas no inciso XV(j) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- XXII. acompanhar o cumprimento, pela Emissora, do Índice Financeiro; e
- XXIII. disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou *website*, o saldo do Valor Nominal das Debêntures, o qual será calculado pela Emissora.

8.6. Atribuições Específicas

8.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 8.5.1 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, observados os termos e condições desta Escritura, em caso de inadimplemento da Emissora:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observados os termos e condições desta Escritura;
- II. requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação de regência;



- III. executar a Garantia Real objeto do item 5.23 desta Escritura, judicial ou extrajudicialmente, nos termos do Contrato de Garantia, e a Fiança objeto do item 5.22 desta Escritura, recebendo o produto da cobrança e aplicando-o *pro rata* no pagamento dos Debenturistas; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I, II, III e IV do item 8.6.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea IV do item 8.6.1 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

8.7. Substituição

8.7.1. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuarla, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

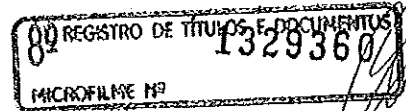
8.7.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.7.3. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.7.4. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado na JUCESP.

8.7.4.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 5.18.1 acima.





8.8. Outras Disposições relativas ao Agente Fiduciário

8.8.1. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor acerca de qualquer fato que seja de competência da Assembleia Geral de Debenturistas, comprometendo-se nesse caso, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura. Nestê sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao quanto previsto na Instrução CVM 28, na presente Escritura e nos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento de quaisquer responsabilidades adicionais.

8.8.2. Sem prejuízo do seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas dos documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora e/ou da Garantidora, cabendo à Emissora e/ou à Garantidora, conforme o caso, elaborar tais documentos, nos termos da legislação aplicável.

8.8.3. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

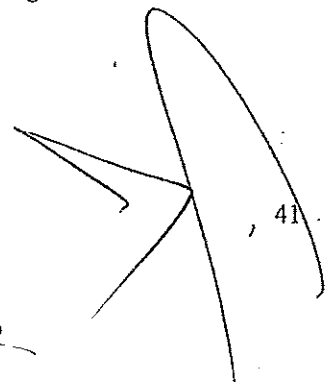
9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

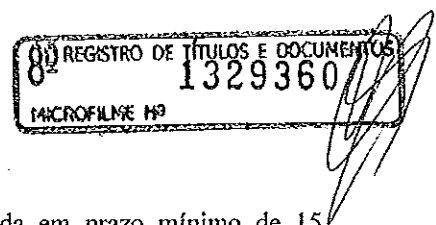
9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. Convocação

9.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação.

9.2.2. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos no item 5.18.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.





9.2.3. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.2.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quora estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.3. Quórum de Instalação

9.3.1. As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.3.2. Para efeito desta Escritura, incluindo a constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas aqui previstos, considera-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e pelas suas Afiliadas, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau.

9.4. Mesa Diretora

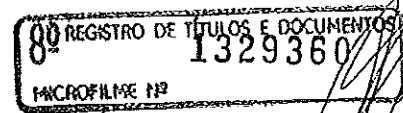
9.4.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.5. Quórum de Deliberação

9.5.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto no item 9.5.2 abaixo e salvo disposto de outra forma nesta Escritura, qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

9.5.2. Salvo disposto de outra forma nesta Escritura, as alterações relativas às características das Debêntures, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, conforme venham a ser propostos pela Emissora, que impliquem em alteração: (i) da Remuneração das Debêntures, (ii) das Datas de Pagamento de Remuneração, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de





amortização do Valor Nominal das Debêntures, (v) dos Eventos de Vencimento Antecipado, e/ou (vi) da alteração dos quóruns de deliberação e dos termos e condições previstos nesta Cláusula 9, dependerão da aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

9.6. Outras Disposições Aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas

9.6.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora em quaisquer Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.6.2. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.6.3. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.6.4. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

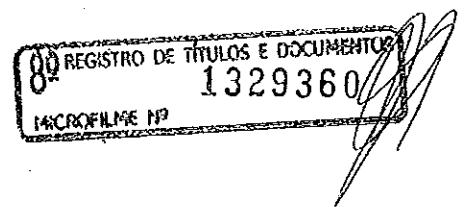
10.1. A Emissora e a Garantidora declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- I. são sociedades anônimas devidamente organizadas, constituídas e existentes segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- II. estão devidamente autorizadas a celebrar a presente Escritura e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais Documentos da Operação, e a Emissora está devidamente autorizada a emitir as Debêntures, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e da Garantidora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;



- IV. manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora e à Garantidora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- V. a celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos órgãos societários competentes e não infringem o Estatuto Social da Emissora ou da Garantidora, ou qualquer lei ou restrição contratual que as vincule ou afete;
- VI. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora ou pela Garantidora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo arquivamento desta Escritura (e seus eventuais aditamentos), da AGE da Emissora e da RCA Garantidora na JUCESP e o registro desta Escritura (e seus eventuais aditamentos) nos Cartórios de RTD, bem como o registro das respectivas publicações da AGE da Emissora e da RCA da Garantidora na JUCESP e o registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP 21;
- VII. a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou Garantidora sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou a Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data e pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VIII. a Emissora e a Garantidora possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos de sua propriedade, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- IX. as últimas Demonstrações Financeiras Auditadas Consolidadas da Emissora disponíveis apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade a Lei das Sociedades por Ações e as regras emitidas pela CVM. Desde a data das Demonstrações Financeiras Auditadas Consolidadas da Emissora mais recentes, não houve nenhum Efeito Adverso Relevante, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora e/ou a Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para a Garantidora, e não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora e/ou da Garantidora,





- X. não têm conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora e/ou a Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um Efeito Adverso Relevante, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras consolidadas disponibilizadas pela Emissora;
- XI. têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais que sejam relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças (inclusive ambientais) cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- XII. (a) estão cumprindo em todos os aspectos relevantes as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora e/ou pela Garantidora e para as quais a Emissora e/ou Garantidora possuam provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, (b) no melhor conhecimento da Emissora e da Garantidora, estão em dia com o pagamento de todas as obrigações relevantes de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações relevantes impostas por lei, (c) estão cumprindo com todas as disposições contratuais relevantes a que estão sujeitas, e (d) no melhor conhecimento da Emissora e da Garantidora, inexistem qualquer ação ou procedimento judicial ou extrajudicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental que possa vir a resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- XIII. os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- XIV. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos;
- XV. têm conhecimento de que a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie que as Debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- XVI. não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;



- XVII. cumprem e cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação da Emissora de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 4.5.1 desta Escritura;
- XVIII. nenhuma das declarações constantes desta Cláusula 10 é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi prestada;
- XIX. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora e da Garantidora, em observância ao princípio da boa-fé;
- XX. a prestação da Fiança, a constituição da Garantia Real e as obrigações assumidas nesta Escritura e nos demais Documentos da Operação pela Garantidora, constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Garantidora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto, conforme o caso, que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral; e
- XXI. a celebração da presente Escritura, a concessão da Garantia Real e da Fiança foram devidamente autorizadas pelos órgãos societários competentes da Garantidora e não infringem o Estatuto Social da Garantidora ou qualquer lei ou restrição contratual que vincule ou afete a Garantidora.
- 10.2. A Emissora e a Garantidora se obrigam a notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomaram conhecimento do fato, caso qualquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(a) para a Emissora:

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, Vila Olímpia

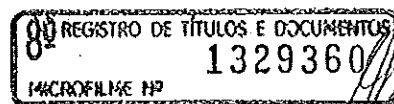
São Paulo – SP

At.: Fabricio Carvalho

Telefone: (11) 2199-0273

Fax: (11) 3040-0217





E-mail: fcarvalho@galvao.com

(b) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Rio de Janeiro - RJ

CEP 22.640-102

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira
(Backoffice Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

(c) para a Garantidora:

GALVÃO ENGENHARIA S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 2º andar, Vila Olímpia

São Paulo - SP

At.: Fabricio Carvalho

Telefone: (11) 2199-0273

Fax: (11) 3040-0217

E-mail: fcarvalho@galvao.com

(d) para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar

CEP 04309-010 São Paulo - SP

At.: Cláudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(e) para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar

CEP 04309-010 São Paulo - SP

At.: Cláudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br



(f) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar

São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.


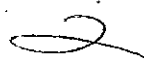
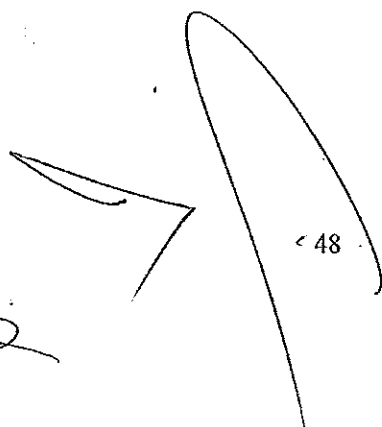

11.1.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 11.1.1 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

11.2. Renúncia

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou da Garantidora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou Garantidora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Lei Aplicável

11.3.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.




48


11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

11.5. Irrevogabilidade; Sucessores

11.5.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não atendimento aos requisitos previstos na Cláusula 3 acima, conforme aplicável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.6. Independência das Disposições da Escritura

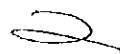
11.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

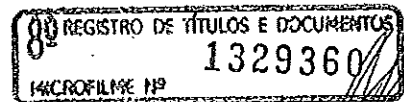
11.7. Despesas

11.7.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao registro desta Escritura e seus aditamentos na JUCESP e nos Cartórios de RTD e ao registro do Contrato de Garantia nos Cartórios RTD; (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora e da Garantidora; e (d) pelas despesas com a contratação e manutenção, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, da Empresa de Auditoria, da agência de classificação de risco e outros prestadores de serviços essenciais à Emissão.

11.8. Substituição de Prestadores de Serviços

11.8.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário, bem como a indicação de seu(s) substituto(s) deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para





esse fim, cujo quórum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

11.9. Agente Fiduciário

11.9.1. As atribuições e direitos do Agente Fiduciário em relação à Emissão estão previstas na presente Escritura e na Instrução CVM 28. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual não figure como parte e/ou interveniente.

11.10. Foro

11.10.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 30 de setembro de 2013.

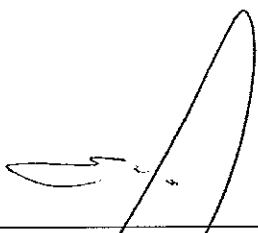
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

50


Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Galvão Participações S.A.

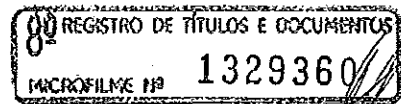
GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

como Emissora


Nome: EDUS LDO DE V. QUEIROZ GALVÃO Nome: EDISON MARTINS
Cargo: DIRETOR VICE PRESIDENTE Cargo: DIRETOR DE PLANEJAMENTO GERAL

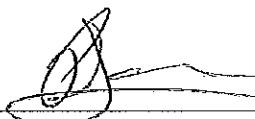
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



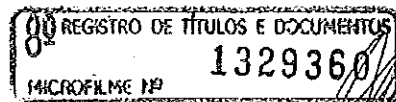


Página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Galvão Participações S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas


Nome: **Paulo Luiz Ferreira**
Cargo: **Procurador**

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



Página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Galvão Participações S.A.

GALVÃO ENGENHARIA S.A.

como Garantidora

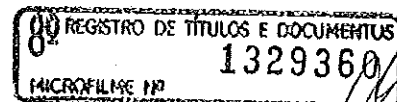
Nome: JOSÉ GILBERTO VALENTIM

Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: EDISON MARTINS

Cargo: DIRETOR CORPORATIVO

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Galvão Participações S.A.

Testemunhas:

1.

Nome:

ID:

CPF/MF:

Rodrigo Monteiro

RG: 53.663.304

CPF: 918.760.364-00

2.

Nome:

ID:

CPF/MF:

Luiz Gustavo M. Valentim

CPF: 301.661.318-22

RG: 29814568-6



8º
Ofício
RTO

Emol.

Estado

Ipesp

R. Civil

T. Justiça

Total

Selos e taxas

Recolhidos

p/verba

8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e

Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.311.893/0001-20

Pça Pe Manuel da Nobrega 21 - 5º And - Centro - CEP. 01015-010 - São Paulo/SP

R\$ 7.829,02 Protocolado e prenotado sob o n. 1.329.360 em

R\$ 2.225,10 02/10/2013 e registrado, hoje, em microfilme

R\$ 1.648,22 sob o n. 1.329.360, em títulos e documentos.

R\$ 412,05 São Paulo, 02 de outubro de 2013

R\$ 412,05

R\$ 412,05

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

R\$ 12.526,44

Geraldo José Pinaga Cunha - Oficial
Cristiano Assunção Duarte - Escrevente Substituto

